

Segurança Alimentar e Nutricional e os Mbyá Guarani da Terra Indígena Cantagalo: Construindo Ações Afirmativas para Assegurar os seus Direitos

Gregori Turra¹, Araci da Silva, Carolina Silveira Costa¹, Rafaela Biehl Printes^{1,2,3}, Gabriela Coelho-de-Souza^{1,2}, Rumi Regina Kubo^{1,2}

Desde 2009 os Núcleos DESMA e NESAN vêm trabalhando junto aos indígenas Mbyá Guarani, estabelecendo uma interlocução com as comunidades do RS e acompanhando as dinâmicas sociais, políticas e cosmológicas desses grupos, como uma forma de contribuir para o reconhecimento dos seus direitos. Esse processo inclui atividades que propiciam o convívio de estudantes e professores com alguns destes coletivos, mas também a proposição de atividades específicas (oficinas, conversas, viagens), assim como a realização de pesquisa e atividades de ensino, conforme as demandas dos grupos, relacionadas a práticas culturais locais, memória, luta pela garantia e sustentabilidade do território. Nessas atividades um dos temas transversais refere-se à questão da segurança alimentar e nutricional (SAN), tema esse que se pode considerar, também, como central no cenário político nacional e internacional da sociedade como um todo. Assim, as atividades do presente trabalho, visam, a partir da SAN, aproximar a esfera local ao contexto amplo das políticas de Estado, como o da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que visa contribuir no cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Arelado a esta política, o NESAN deu origem, no ano de 2012 junto a uma rede de parceiros, ao Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN), um instrumento de monitoramento da implantação da PLANSAN. O OBSSAN-RS visa disponibilizar indicadores, em nível municipal no estado do Rio Grande do Sul, referente a sete dimensões propostas pelo PLANSAN, além da incorporação da dimensão "Povos indígenas e comunidades tradicionais", como forma de visibilizar as condições de vida desses grupos. Uma das atividades tem se direcionado à terra indígena Cantagalo, no município de Viamão, RS, que tem sido contemplada ainda por outra política de estado, nomeada como Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e instituída pelo Decreto 7.747/2012, que tem por objetivo geral “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural,

¹ NESAN - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² DESMA – Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Unidade de Tapes.

nos termos da legislação vigente”. Essa política abarca em suas especificidades apoio a iniciativas de gestão, que podem ser entendidas como complementares aos objetivos da PLANSAN.

Com o objetivo de problematizar sobre a questão da segurança alimentar entre os Mbyá Guarani, tem sido realizadas oficinas de uso de GPS, construção de mapas temáticos da aldeia pelos próprios indígenas (por meio de técnicas de etnomapeamento) e caminhadas guiadas na Terra Indígena Cantagalo (tekoá Jataíty e tekoá Ka’aguy mirim), considerando estas ferramentas como auxiliares no processo de narração dos saberes e a cartografia indígena para fins de planejamento e gestão territorial e ambiental do território em questão, localizado na região metropolitana de Porto Alegre.

Dois etnomapas estão em fase de conclusão, neles foram delineados dois cenários da situação territorial e ambiental dos Mbyá. Através de desenhos feitos em papel vegetal sobreposto à imagem de satélite, os indígenas representaram no primeiro etnomapa “aquilo que deixa o Mbyá feliz” (*Orema kova’e roguero vy’a*), como espécies da fauna e da flora nativa, a presença de roças com cultivos tradicionais, recursos hídricos e os animais de criação. O segundo etnomapa intitulado: “nós não queremos mais que os juruá nos incomodem” (*Juruá kuery ndoroipotaveima oremo angueko*), apresentou as problemáticas relacionadas ao constrangimento causado aos Mbyá pelas invasões na Terra Indígena por parte dos lindeiros. Nas caminhadas guiadas foi possível verificar nas áreas limítrofes da TI situações de invasão por parte de propriedades vizinhas, que vem utilizando dos recursos naturais locais, com derrubada de árvores nativas para uso da madeira, plantação de pinus e eucalipto, lavouras de milho e aipim e uso ilegal do solo, contribuindo para a escassez de recursos disponíveis na TI e dificultando o acesso a sustentabilidade dos Mbyá no território. Durante as caminhadas também foram registradas práticas de extrativismo, como a coleta do palmito da palmeira jerivá. O *pindó ete’i* (jerivá) é uma espécie considerada sagrada pelos Mbyá, estando distribuída em todo território tradicional deste grupo étnico e servindo de base para práticas alimentares e culturais, pois desta palmeira se aproveitam os frutos, folhas, fibras e o caule. De forma a complementar esses registros os indígenas pretendem realizar filmagens, para o qual o projeto tem oferecido oficinas, abordando aspectos relacionados ao processo de construção de vídeos.

A partir dos dados gerados nas ações descritas acima, o grupo (indígenas e envolvidos no projeto) objetiva desenvolver ações condizentes com as demandas diagnosticadas, tais como a implantação de um viveiro de mudas de espécies nativas, necessárias como matéria prima para a produção de artesanato e incremento da biodiversidade, a fim de promover maior autonomia dos coletivos Mbyá Guarani. (Proext 2014/Mec/Sesu).